

[SS-1951] POSTO ATLANTICO PARANAGUA LTDA - 80.604.911/0001-67

Criado: 19/set/24 Atualizado(a): 13/nov/24

Status:	Aguardando Aprovação		
Projeto:	Solicitações SAC		
Componentes:	Nenhum		
Versões afetadas:	Nenhum		
Versões corrigidas:	Nenhum		

Tipo:	Solicitação de Serviço	Prioridade:	Média
Relator:	Valdelice Siqueira	Responsável:	Sabrina Silva
Resolução:	Não resolvido(s)	Votos:	0
Categorias:	Nenhum		
Estimativa de trabalho restante:	Desconhecido		
Tempo gasto:	Desconhecido		
Estimativa original:	Desconhecido		

Anexos:

1º trimestre 2019 - COFINS.pdf

Despacho Cofins.pdf

4º trimestre 2018 - PIS.pdf

RETIFICADOR - 041561858009092415195658.pdf

RETIFICADOR - 133093353609092415180695.pdf

DESPACHO 05059.27781.230323.1.1.19-2633.pdf

ORIGINAL - 118525491923032311180580.pdf

ORIGINAL - 011836652623032311195648.pdf

RETIFICADOR - 428492696309092415198099.pdf

ORIGINAL - 050592778123032311192633.pdf

Request participants:	
Organizations:	Nenhum
Selecione o assunto::	DESPACHO DECISORIO
Origem da demanda:	Veri
Informe se INSS ou PIS COFINS:	PIS COFINS
Ultimo que atualizou a tarefa:	Tributo Justo

Comentários

Comentado por Valdelice Siqueira [ 19/set/24 ]

Despacho Cofins.pdf

4º trimestre 2018 - PIS.pdf

1º trimestre 2019 - COFINS.pdf

PRAZO: 11/10/2024

Louise Letícia Dias Isabela Colere de Matos Rondineli Evangelista Daiana Mourão de Andrade Nicolle Rodrigues Paula Iscalfi

Comentado por Isabela Colere de Matos [ 19/set/24 ]

Boa tarde,

O despacho decisório nº 4104331 é referente à nossa tentativa de retificação do PER/DCOMP 05059.27781.230323.1.1.19-2633 que continha solicitação de crédito no código 101 indevidamente. Tentamos efetivar a retificação para que os créditos fossem alocados no código 201, porém, esse DCOMP já possuía decisão administrativa por duplicidade, conforme segue:

ORIGINAL - 050592778123032311192633.pdf

RETIFICADOR - 428492696309092415198099.pdf

DESPACHO 05059.27781.230323.1.1.19-2633.pdf

O despacho decisório nº 4104335 informa que não foi possível efetivar a retificação do PER/DCOMP 11852.54919.230323.1.1.18-0580 em decorrência do prazo já ter ultrapassado os 05 anos e pelo aumento do valor pleiteado. Essa retificação também era devida, uma vez que os créditos foram solicitados no código 201 e precisávamos alocar para o código 201. Segue DCOMP original e como deveria ser o retificado:

ORIGINAL - 118525491923032311180580.pdf

RETIFICADOR - 133093353609092415180695.pdf

O despacho decisório nº 4104336 informa que não foi possível efetivar a retificação do PER/DCOMP 01183.66526.230323.1.1.19-5648 em decorrência do prazo já ter ultrapassado os 05 anos e pelo aumento do valor pleiteado. Essa retificação também era devida, uma vez que os créditos foram solicitados no código 201 e precisávamos alocar para o código 201. Segue DCOMP original e como deveria ser o retificado:

https://tributojusto.atlassian.net/si/jira.issueviews:issue-html/SS-1951/SS-1951.html

1/2

ORIGINAL - 011836652623032311195648.pdf
RETIFICADOR - 041561858009092415195658.pdf
Rondineli EvangelistaNicolle Rodrigues temos alguma ação a tomar frente à essas ocorrências?
Comentado por Rondineli Evangelista [ 20/set/24 ]
Seguiremos com a Manifestação de Inconformidade.
Comentado por Nicolle Rodrigues [ 03/out/24 ]
Não será apresentada manifestação de inconformidade no presente caso, pois o recurso é cabível somente em casos de indeferimento de pedido de restituição ou de declaração de compensação.
Nesse caso, trata-se de indeferimento de uma retificação que fizemos.
Contextualizando:
Realizamos os pedidos de restituição n.sº 05059.27781.230323.1.1.19-2633, 11852.54919.230323.1.1.18-0580 e 01183.66526.230323.1.1.19-5648.
Veio despacho decisório informando que o saldo daquelas competências eram insuficientes para suprir os pedidos de restituição protocolados (não havíamos retificado).
<b>Realizamos as retificações e apresentamos manifestação de inconformidade, contudo, fundamentando que o direito ao crédito independe de retificação.</b>
Agora, sobrevieram os despachos decisórios informando que não foram admitidas a nossas retificações, justamente porque na época já haviam despachos decisórios sobre aqueles PERDCOMPs que foram alterados.
Todavia, o direito ao crédito já foi sustentado nas manifestações de inconformidade sobre os despachos decisórios sobre o crédito. A propósito, ainda estão em fase de julgamento.
Dessa forma, não serão necessárias providências, também não cabendo nenhum recurso.
Comentado por Bruna Spanhol [ 31/out/24 ]
Valdelice Siqueira pode elaborar um parecer com as informações repassadas.
Agradeço antecipadamente!!!
Comentado por Tributo Justo [ 13/nov/24 ]
Chamado migrado para o Odoo
Gerado em Wed Nov 13 19:25:40 GMT 2024 por Tributo Justo usando JIRA 1001.0.0-SNAPSHOT#100275- rev:1663ce719d626dc000a9df0af52cdab3043da5c9.